**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO
DA SOCIEDADE CIVIL
CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE CARIOCA - CMJC**

A **SECRETARIA ESPECIAL DA JUVENTUDE CARIOCA**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal N° 7.225, de 10 de janeiro de 2022, que criou o Conselho Municipal da Juventude Carioca;

CONSIDERANDO o disposto no DECRETO RIO N° 50307 DE 4 DE MARÇO DE 2022 que regulamentou o Conselho Municipal da Juventude Carioca;

CONSIDERANDO o DECRETO RIO N° 52588 DE 1° DE JUNHO DE 2023, que homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal da Juventude Carioca;

CONSIDERANDO o fim do mandato do Biênio 2023/2024 e a necessidade de novas eleições;

CONSIDERANDO a MANIFESTAÇÃO TÉCNICA PG/PADM/RE/184/2024/LECC da Procuradoria Administrativa da Procuradoria Geral do Município - PGM Rio.

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO JUV-RIO "P" N.º 20 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025, que institui a Comissão Eleitoral Especial, para preenchimento de cadeiras ociosas no Conselho Municipal da Juventude Carioca

RESOLVE

Ficam convocadas, através do presente Edital, as organizações da sociedade civil que atuam com a temática da juventude e os jovens munícipes que residem na cidade do Rio de Janeiro para concorrer às eleições de Conselheiros(as) representantes da Sociedade Civil, correspondente ao biênio 2025-2026, nos termos do EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL elaborado e aprovado pela Comissão Eleitoral Especial.

**CAPÍTULO I
DA NATUREZA DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE CARIOCA**

Art. 1º - O Conselho Municipal da Juventude Carioca - CMJC é órgão colegiado, de caráter consultivo, cuja finalidade é formular, avaliar e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude.

Art. 2º - O CMJC é integrante da estrutura básica da Secretaria Especial da Juventude Carioca - JUV-RIO, devidamente previsto no Art. 1º, da Lei Municipal 7.225 de 10 de janeiro de 2022.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE CARIOCA

Art. 3º - Compete ao Conselho Municipal da Juventude Carioca - CMJC:

I - propor e auxiliar na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas de juventude, que promovam o amplo exercício dos direitos dos jovens;

II - assessorar os órgãos da administração pública na construção de propostas orçamentárias voltadas para as políticas públicas de juventude;

III - propor estratégias e diretrizes, além de acompanhar a construção do Plano Municipal de Juventude;

IV - realizar Conferências Municipais de Juventude e participar no processo de articulação com outros órgãos e entidades da administração pública Municipal direta e indireta, além de Governos estaduais, do Distrito Federal, do Governo Federal e com as organizações da sociedade civil;

V - articular-se com os conselhos municipais, estaduais, do Distrito Federal, do Conselho Nacional e outros conselhos setoriais ou fóruns de juventude, para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de políticas públicas de juventude;

VI - promover e participar da realização de estudos, debates e pesquisas, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas, fomentando parcerias junto a universidades, institutos e demais instituições públicas e privadas, nacionais e/ou internacionais sobre a situação juvenil no município;

VII - promover e participar de fóruns, seminários, cursos, congressos e eventos correlatos, voltados para a temática da juventude;

VIII - promover campanhas junto à JUV-RIO visando diminuir a exclusão social e garantir respeito à diversidade da juventude carioca;

IX - estudar, analisar, elaborar, discutir e propor a celebração de convênios, parcerias e demais meios de cooperação, visando à elaboração de programas, projetos e ações voltadas para a juventude, em parceria com entes públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

X - fomentar o intercâmbio entre organizações juvenis municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

XI - encaminhar à(s) autoridade(s) competente(s) qualquer notícia de fato que constitua violação aos direitos da juventude, definidos na legislação brasileira vigente; utilizando dos instrumentos administrativos e legais pertinentes para que o Estado garanta aos jovens o exercício dos seus direitos;

XII - expedir notificações, pareceres, resoluções, moções e requisitar informações sobre a situação da juventude, a garantia e efetivação dos seus direitos no município;

XIII - elaborar, aprovar e modificar o seu Regimento Interno, quando se verificar necessidade de adequação à legislação vigente e/ou quando do exercício do CMJC;

XIV - participar ativamente e se fazer representado nos espaços institucionais, bem como nas instituições, redes e organizações municipais, estaduais e nacionais ou internacionais destinados à juventude carioca, sobretudo para o CMJC enquanto plataforma de representação, participação e controle social de jovens no Rio de Janeiro e destes no mundo;

XV - desenvolver outras atividades relacionadas às políticas públicas de juventude;

XVI - eleger o(a) Presidente, o(a) Vice-Presidente, Secretário(a) Geral e Segundo(a) Secretário(a) do CMJC.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE CARIOCA

Art. 4º - O Conselho Municipal da Juventude Carioca é constituído de 34 (trinta e quatro) membros titulares e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito para mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por mais um mandato, em composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, sendo:

I - 17 (dezesete) titulares e 17 (dezesete) suplentes, representantes de Órgãos ou Entidades da Administração Pública Municipal, indicados pelo Prefeito, ouvida a Secretaria Especial da Juventude Carioca (JUV-RIO);

II - 7 (sete) titulares e 7 (sete) suplentes, da Sociedade Civil, eleitos dentre jovens que comprovadamente atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude, observada a distribuição territorial por áreas de planejamento da Cidade do Rio de Janeiro;

III - 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes, representantes de entidades da sociedade civil com atuação comprovada na área da juventude.

§ 1º Cada entidade só poderá indicar um único representante para concorrer ao Conselho Municipal da Juventude Carioca e deverá atender aos seguintes requisitos:

a) - estar legalmente constituída;

b) - comprovar o efetivo funcionamento há pelo menos 01 (um) ano, considerada a data do processo eletivo;

c) - atuar em áreas correlatas à proteção e promoção da juventude municipal.

§ 2º Os membros do Conselho Municipal da Juventude Carioca representantes das entidades da sociedade civil não poderão representar, no mesmo mandato, outra entidade pela qual não tenha sido eleito.

§ 3º Fica vedada a candidatura de jovens que tenham participado nos doze meses anteriores de instituições ou de Órgãos ou Entidades da Administração Pública Municipal representadas no Conselho, ou possuam qualquer tipo de vínculo profissional com as mesmas, na qualidade de conselheiro, consultor ou encarregado de funções afins.

§ 4º A escolha dos membros da sociedade civil se dará por meio de processo eleitoral com ampla participação dos jovens do Município e terá lugar na Conferência Municipal da Juventude Carioca.

§ 5º O processo eleitoral será conduzido pela Comissão Eleitoral Especial, instituída pela RESOLUÇÃO JUV-RIO "P" N.º 20 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025 que estará encarregada de analisar a conformidade das candidaturas com o disposto no art. 5º, II e III e seu §1º.

§ 6º A Comissão Eleitoral Especial poderá rejeitar as candidaturas que não preencham os requisitos estabelecidos neste Edital.

CAPÍTULO IV DAS CANDIDATURAS

SEÇÃO I DAS VAGAS

Art. 5º - O período para registro de candidaturas será conforme o previsto no Anexo I (Cronograma) do presente Edital.

Art. 6º - Poderão requerer registro de candidatura à representante da Sociedade Civil no Conselho Municipal da Juventude Carioca, para o biênio 2025/2026, nos seguintes segmentos:

- I - Jovens que comprovadamente atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude, observada a distribuição territorial por Áreas de Planejamento (AP) da Cidade do Rio de Janeiro, conforme previsto no Anexo II (Quadro de Vagas) do presente Edital;
- II - Representantes de Entidades da Sociedade Civil com atuação comprovada na pauta da juventude.

Art. 7º - Concorrerão os(as) candidatos(as) devidamente registrados(as) nos segmentos previstos no Artigo 6º às seguintes vagas:

- I - 7 (sete) Conselheiros(as) Titulares e 7 (sete) Conselheiros(as) Suplentes no segmento Jovens que comprovadamente atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude, observada a distribuição territorial por Áreas de Planejamento (AP) da Cidade do Rio de Janeiro, conforme previsto no Anexo II (Quadro de Vagas) do presente Edital;
- II - 10 (dez) Conselheiros(as) Titulares e 7 (sete) Conselheiros(as) Suplentes no segmento Representantes de Entidades da Sociedade Civil com atuação comprovada na pauta da juventude.

Art. 8º - No caso do não preenchimento de vagas em algum segmento por falta de candidaturas válidas, caberá à Comissão Eleitoral Especial a convocação de Eleições Extraordinárias para preenchimento destas vagas, em até 60 dias da publicação dos resultados da eleição prevista neste Edital.

SEÇÃO II DOS REQUISITOS PARA REGISTROS DE CANDIDATURAS

Art. 9º - São requisitos obrigatórios para requerer o registro de candidatura:

§ 1º Dentre os Jovens que comprovadamente atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude:

- a) ter idade entre 18 e 29 anos completos.
- b) ter nacionalidade brasileira.

- c) ser residente na cidade do Rio de Janeiro e domiciliado na Área de Planejamento (AP) para a qual se candidatou como Conselheiro(a).
- d) comprovar atuação da defesa e promoção dos direitos da juventude.

§ 2º As vagas para Jovens que comprovadamente atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude, obedecerão à seguinte disposição nas Áreas Programáticas da Cidade do Rio de Janeiro:

- a) uma vaga de representante titular e uma vaga para representante suplente para AP 1;
- b) uma vaga de representante titular e uma vaga para representante suplente para AP 2;
- c) duas vagas de representante titular e duas vagas para representante suplente para AP 3;
- d) uma vaga de representante titular e uma vaga para representante suplente para AP 4;
- e) duas vagas de representante titular e duas vagas para representante suplente para AP 5.

Parágrafo Único. As áreas de planejamento (AP) 3 e 5 possuem uma maior concentração de jovens do que as outras Áreas de Planejamento, conforme o último censo do IBGE de 2010. Exposto este motivo encontra-se a necessidade de inclusão de duas vagas para AP 3 e AP 5 e uma vaga para AP 1, AP 2 e AP4.

§ 3º Dentre os Representantes de Entidades da Sociedade Civil com atuação comprovada na pauta da juventude:

- a) ter mais de 18 anos;
- b) a Entidade da Sociedade Civil deve estar legalmente constituída no ato de registro da candidatura;
- c) a Entidade da Sociedade Civil deve estar com situação ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- d) comprovar o efetivo funcionamento há pelo menos 01 (um) ano, considerada a data do ato do registro de candidatura;
- e) comprovar atuação em áreas correlatas à pauta da juventude.

Art. 10º - A Comissão Eleitoral Especial analisará o preenchimento dos requisitos obrigatórios previstos no Artigo 9º do presente Edital, sendo considerados válidos apenas os registros de candidaturas que tenham preenchido todos os requisitos obrigatórios.

SEÇÃO III

DO PROCESSO DE REGISTROS DE CANDIDATURAS

Art. 11º - O processo de registro de candidaturas se dará por meio do Formulário de Registro de Candidaturas, em meio eletrônico, disponível no seguinte link: <https://forms.gle/fSVHJo6raztLqDVP8>

SUBSEÇÃO I

DO REGISTRO DE CANDIDATURA DE JOVENS

Art. 12º - Os(as) candidatos(as) Jovens que comprovadamente atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude deverão prestar as seguintes informações e submeter os seguintes documentos no Formulário de Registro de Candidaturas:

- I - nome completo;
- II - data de nascimento;

III - CPF;

IV - imagem com boa resolução, ou arquivo PDF do RG, frente e verso, ou outro documento oficial de identificação com foto completo;

V - imagem com boa resolução, ou arquivo PDF do comprovante de residência, ou em caso de não possuir comprovante de residência, a Declaração de residência prevista no Anexo III (Declaração de Residência) preenchida e assinada;

VI - Portfólio ou Relatório de Atividades que comprovem a atuação da defesa e promoção dos direitos da juventude;

VII - endereço eletrônico de email ativo e válido.

Art. 13º - Os(as) candidatos(as) Jovens que comprovadamente atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude concorrerão com outros Jovens que comprovadamente atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude domiciliados na mesma Área Programática da Cidade do Rio de Janeiro que tenham indicado durante o preenchimento do Formulário de Registro de Candidaturas.

Art. 14º - Fica vedada a candidatura dos jovens que tenham participado nos últimos 12 (doze) meses de instituições ou de Órgãos ou Entidades da Administração Pública Municipal representadas no Conselho, ou possuam qualquer tipo de vínculo profissional com as mesmas, na qualidade de Conselheiro(a), consultor(a) ou encarregado(a) de funções afins.

Art. 15º - Fica vedado o Registro de Candidatura de um(a) mesmo(a) jovem que tenha registrado candidatura no segmento Jovens que comprovadamente atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude como representante de Entidade da Sociedade Civil.

Art. 16º - Fica autorizado o Registro de Eleitor(a) do jovem que tenha registrado candidatura no segmento Jovens que comprovadamente atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude.

SUBSEÇÃO II

DO REGISTRO DE CANDIDATURA DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 17º - As Entidades da Sociedade Civil deverão prestar as seguintes informações e submeter os seguintes documentos no Formulário de Registro de Candidaturas:

I - denominação da Entidade da Sociedade Civil;

II - data de registro da Entidade da Sociedade Civil;

III - Cartão CNPJ com situação ativa;

IV - Portfólio ou Relatório de atividades que comprovem a sua atuação no campo da juventude na Cidade do Rio de Janeiro;

V - cópia autenticada do Estatuto, Contrato Social ou outro Ato Constitutivo devidamente registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI - cópia autenticada da Ata de Eleição da atual representação da Entidade da Sociedade Civil devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VII - ofício ou outro documento correlato de indicação formal firmada pelo(a) representante legítimo da Entidade da Sociedade Civil, na forma do seu Estatuto, Contrato Social ou outro Ato Constitutivo, do representante que participará do processo eleitoral, na condição de candidato, citando seu nome completo e qualificação;

- VIII - nome completo do representante indicado pela Entidade da Sociedade Civil;
- IX - CPF do representante indicado pela Entidade da Sociedade Civil;
- X - imagem com boa resolução, ou arquivo PDF do RG, frente e verso, ou outro documento oficial de identificação com foto completo, do representante indicado pela Entidade da Sociedade Civil;
- XI - endereço eletrônico de email ativo e válido.

Art. 18° - Fica autorizado o Registro de Eleitor(a) da Entidade da Sociedade Civil que tenha registrado candidatura.

SUBSEÇÃO III DO INDEFERIMENTO DO REGISTRO DE CANDIDATURAS

Art. 19° - São motivos para o indeferimento do registro de candidaturas:

- I - a inobservância dos requisitos previstos no Artigo 9° do presente Edital;
- II - a não prestação das informações e documentos previstos no Artigo 12° para os(as) candidatos(as) Jovens que comprovadamente atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude;
- III - a posterior indicação de jovem que tenha registrado candidatura no segmento Jovens que comprovadamente atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude como representante de Entidade da Sociedade Civil;
- IV - a não prestação de todas as informações e documentos previstos no Artigo 17° para as candidatas Entidades da Sociedade Civil;
- V - a prestação de informações e/ou documentos inválidos, expirados ou não registrados quando a legislação o determinar, para as candidatas Entidades da Sociedade Civil;
- VI - a prestação de informações e/ou documentos previstos nos Artigos 12° e 17° por outro meio que não seja o Formulário de Registro de Candidaturas;
- VII - a prestação de informações e/ou documentos previstos nos Artigos 12° e 17° fora dos prazos previstos no Anexo I (Cronograma).

CAPÍTULO V DOS ELEITORES

Art. 20° - O segmento Jovens que comprovadamente atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude terá seus eleitores entre jovens que atendam os seguintes critérios:

- I - jovens que tenham idade entre 18 e 29 anos completos;
- II - tenham nacionalidade brasileira;
- III - tenham domicílio comprovado na Cidade do Rio de Janeiro;

Art. 21° - O segmento Entidades da Sociedade Civil terá seus eleitores entre Entidades da Sociedade Civil que atendam aos seguintes critérios:

- I - estar legalmente constituída no ato de Registro de Eleitor;
- II - estar com situação ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- III - atuar em áreas correlatas à proteção e promoção da juventude municipal;
- IV - Movimentos, Fóruns, Redes, Coletivos e outras entidades da sociedade civil com comprovada atuação no campo da juventude, mas que não legalmente constituídas e com registro no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

SEÇÃO I DO PROCESSO DE REGISTROS DE ELEITORES

Art. 22° - O processo de registro de eleitores(as) se dará por meio do Formulário de Registro de Eleitores(as), em meio eletrônico, disponível no seguinte link: <https://forms.gle/XtdJ8Zugxjy2xuh89>

SUBSEÇÃO I DO REGISTRO DE ELEITOR(A) DE JOVENS

Art. 23° - Os(as) eleitores(as) Jovens deverão prestar as seguintes informações e submeter os seguintes documentos no Formulário de Registro de Eleitores(as):

- I - nome completo;
- II - data de nascimento;
- III - CPF;
- IV - imagem com boa resolução, ou arquivo PDF do RG, frente e verso, ou outro documento oficial de identificação com foto completo;
- V - imagem com boa resolução, ou arquivo PDF do comprovante de residência, ou em caso de não possuir comprovante de residência, a Declaração de residência prevista no Anexo III (Declaração de Residência) preenchida e assinada;
- VI - endereço eletrônico de email ativo e válido.

SUBSEÇÃO II DO REGISTRO DE ELEITOR(A) DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 24° - as Entidades da Sociedade Civil deverão prestar as seguintes informações e submeter os seguintes documentos no Formulário de Registro de Eleitores(as):

- I - denominação da Entidade da Sociedade Civil;
- II - data de registro da Entidade da Sociedade Civil;
- III - Cartão CNPJ com situação ativa;
- IV - Portfólio ou Relatório de atividades que comprovem a sua atuação no campo da juventude na Cidade do Rio de Janeiro;
- V - cópia autenticada do Estatuto, Contrato Social ou outro Ato Constitutivo devidamente registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- VI - cópia autenticada da Ata de Eleição da atual representação da Entidade da Sociedade Civil devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- VII - ofício ou outro documento correlato de indicação formal firmada pelo(a) representante legítimo da Entidade da Sociedade Civil, na forma do seu Estatuto, Contrato Social ou outro Ato Constitutivo, do representante que participará do processo eleitoral, na condição de eleitor(a), citando seu nome completo e qualificação;
- VIII - nome completo do representante indicado pela Entidade da Sociedade Civil;
- IX - CPF do representante indicado pela Entidade da Sociedade Civil;
- X - imagem com boa resolução, ou arquivo PDF do RG, frente e verso, ou outro documento oficial de identificação com foto completo, do representante indicado pela Entidade da Sociedade Civil;
- XI - para os Movimentos, Fóruns, Redes, Coletivos e outras entidades da sociedade civil com comprovada atuação no campo da juventude, mas que não legalmente constituídas e com registro no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, será aceito o Anexo VI (Declaração de Legitimidade de Representante de Entidade da Sociedade Civil), em substituição aos documentos e informações previstos nos incisos III, V, VI.

XII - endereço eletrônico de email ativo e válido.

SUBSEÇÃO III DO INDEFERIMENTO DO REGISTRO DE ELEITOR(A)

Art. 25° - São motivos para o indeferimento do registro de candidaturas:

I - a inobservância dos requisitos previstos nos Artigos 20° e 21° do presente Edital;

II - a não prestação das informações e documentos previstos no Artigo 23° para os(as) eleitores(as) Jovens;

III - a posterior indicação de jovem que tenha sido indicado representante da Entidade da Sociedade Civil, na condição de candidata para o processo eleitoral;

IV - a não prestação das informações e documentos previstos no Artigo 24° para as Entidades da Sociedade Civil eleitoras, legalmente constituídas e registradas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

V - o não envio do Anexo VI (Declaração de Legitimidade de Representante de Entidade da Sociedade Civil), previsto no Artigo 24°, inciso XI, para os Movimentos, Fóruns, Redes, Coletivos e outras entidades da sociedade civil com comprovada atuação no campo da juventude, mas que não legalmente constituídas e com registro no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI - a prestação de informações e/ou documentos inválidos, expirados ou não registrados quando a legislação o determinar, para Entidades da Sociedade Civil eleitoras;

VII - a prestação de informações e/ou documentos previstos nos Artigos 23° e 24° por outro meio que não seja o Formulário de Registro de Candidaturas;

VIII - a prestação de informações e/ou documentos previstos nos Artigos 23° e 24° fora dos prazos previstos no Anexo I (Cronograma).

CAPÍTULO VI DOS RECURSOS AOS INDEFERIMENTOS

SEÇÃO I DO PROCESSO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS DE CANDIDATOS(AS)

Art. 26° - Aos Registros de Candidatura indeferidos preliminarmente, caberá o direito de interpor recurso à Comissão Eleitoral Especial.

Art. 27° - O recurso deverá ser encaminhado à Comissão Eleitoral Especial através do endereço eletrônico comissaoeleitoralcmjc@gmail.com e devem ser apresentados no seguinte formato:

I - o assunto do e-mail deve conter o seguinte formato: [RECURSO-CANDIDATO] [NOME DO(A) CANDIDATO(A)];

II - o recurso deve ser fundado e acompanhado do Anexo IV (Solicitação de Recurso) devidamente firmado e datado.

Art. 28° - Os recursos somente poderão ser apresentados pelo(a) próprio(a) candidato(a), no caso de candidato(a) Jovem que comprovadamente atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude, e pelo(a) representante indicado(a) pela Entidade da Sociedade Civil no caso de Entidade da Sociedade Civil candidata.

SEÇÃO II

DO PROCESSO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS DE ELEITORES(AS)

Art. 29° - Aos Registros de Eleitores(as) indeferidos preliminarmente, caberá o direito de interpor recurso à Comissão Eleitoral Especial.

Art. 30° - O recurso deverá ser encaminhado à Comissão Eleitoral Especial através do endereço eletrônico comissaoeleitoralcmjc@gmail.com e devem ser apresentados no seguinte formato:

I - o assunto do e-mail deve conter o seguinte formato: [RECURSO-ELEITOR(A)] [NOME DO(A) ELEITOR(A)];

II - o recurso deve ser fundado e acompanhado do Anexo IV (Solicitação de Recurso) devidamente firmado e datado.

Art. 31° - Os recursos somente poderão ser apresentados pelo(a) próprio(a) eleitor(a), no caso de eleitor(a) jovem, e pelo(a) representante indicado(a) pela Entidade da Sociedade Civil no caso de Entidade da Sociedade Civil eleitora.

SEÇÃO III

DO INDEFERIMENTO DOS RECURSOS

Art. 32° - Não serão analisados os recursos interpostos após o prazo previsto no Anexo I (Cronograma).

Art. 33° - Não serão analisados os recursos interpostos por meio e forma diversos do previsto nos Artigos 27°, 28°, 30° e 31°.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 34° - Somente os(as) Candidatos(as) homologados pela Comissão Eleitoral Especial na Lista Final de Candidatos(as) publicada nas redes sociais da Secretaria Especial da Juventude Carioca na data prevista no Anexo I (Cronograma), poderão concorrer às eleições.

Art. 35° - Somente os(as) Eleitores(as) homologados pela Comissão Eleitoral Especial na Lista Final de Candidatos(as) publicada na data prevista no Anexo I (Cronograma), poderão votar nas eleições.

Art. 36° - O processo eleitoral será realizado no formato híbrido, online e presencial.

Art. 37° - O(a) eleitor(a) homologado(a) somente poderá votar através do meio indicado no Formulário de Registro de Eleitores(as).

Art. 38° - O meio presencial de eleição tem sua data e local previstos no Anexo I (Cronograma).

Art. 39° - O meio online de votação se dará através do Formulário de Votação, que será enviado única e exclusivamente aos(as) eleitores(as) homologados pela Comissão Eleitoral Especial.

Art. 40° - O(a) eleitor(a) somente poderá votar pelo mesmo endereço eletrônico utilizado no Formulário de Registro de Eleitores(as), que será o mesmo endereço eletrônico que receberá o link de acesso ao Formulário de Votação.

Art. 41° - Em caso de submissão de mais de um voto pelo mesmo(a) Eleitor(a) no Formulário de Votação, será considerado apenas a última submissão.

Art. 42° - No Formulário de Votação, o Eleitor(a) deverá prestar as seguintes informações e submeter o seguinte arquivo:

I - nome completo;

II - Token recebido pelo e-mail;

III - foto em boa resolução do(a) Eleitor(a) segurando uma folha que contenha escrito à mão somente seu nome completo, token recebido pelo e-mail e CPF;

IV - termo de autorização de uso de imagem e dados pessoais (Anexo V).

Art. 43° - Somente serão computados os votos que cumpram os requisitos dos Artigos 40°, 41° e 42°.

CAPÍTULO VIII **DA COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL**

Art. 44° - A Comissão Eleitoral Especial, instituída pela RESOLUÇÃO JUV-RIO "P" N.º 20 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025 é composta por 3 membros.

Art. 45° - A Comissão Eleitoral Especial conduzirá todo o processo de eleição, viabilizará a organização e acompanhamento do pleito e durará até a posse dos novos conselheiros eleitos no presente processo eleitoral.

CAPÍTULO IX **DA APURAÇÃO E DO RESULTADO**

Art. 46° - O processo de apuração será conduzido e presidido pela Comissão Eleitoral imediatamente após o término da votação.

Art. 47° - No segmento Jovens que comprovadamente atuem na defesa e promoção dos direitos da juventude, serão eleitos o(s) mais votado(s), como titular(es), a depender das vagas dispostas no Anexo II (Quadro de Vagas), e como suplente(s) os seguintes mais votados. Em caso de empate, será priorizada o(a) candidato(a) mais velho(a).

Art. 48° - No segmento Entidades da Sociedade Civil, serão eleitas como titulares as Entidades da Sociedade Civil mais votadas, e como suplentes as seguintes Entidades da Sociedade Civil mais votadas. Em caso de empate, será priorizada a Entidade da Sociedade Civil com maior tempo de fundação.

Art. 49° - O resultado final das eleições será publicizado na data prevista no Anexo I (Cronograma).

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50° - As informações e dados disponibilizados são de uso exclusivo da Comissão Eleitoral Especial e da Secretaria Especial da Juventude Carioca e respeitam os princípios estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e no Decreto Rio nº 49.558, de 6 de outubro de 2021 que estabelece os procedimentos iniciais a serem adotados pela Administração Pública Municipal visando à construção de uma cultura de proteção de dados pessoais e dá outras providências. Solicitamos que quaisquer dúvidas a respeito do uso e tratamento de dados sejam encaminhadas para o endereço eletrônico comissaoeleitoralcmjc@gmail.com.

Art. 51° - As informações e dados disponibilizados serão utilizadas exclusivamente para fins do processo eleitoral do Conselho Municipal da Juventude Carioca regido por este Edital. O armazenamento das informações e dados vigorará por 60 dias após a homologação do resultado final previsto no Anexo I (Cronograma), após esse prazo, as informações de imagem e dados sensíveis serão eliminados permanentemente.

Art. 52° - O titular das informações e dos dados, poderá, a qualquer tempo, revogar o consentimento para a utilização e armazenamento dos dados, através do endereço eletrônico comissaoeleitoralcmjc@gmail.com, acarretando na não homologação do(s) Registro(s) de Candidatura e/ou de Eleitor(a).

Art. 53° - A Política de Privacidade da Secretaria Especial da Juventude Carioca pode ser acessada pelo link: <https://juv.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/20/2024/06/TERMO-DE-USO-E-POLITICA-DE-PRIVACIDADE-POLITICAS-PUBLICAS-V02.pdf>

Art. 54° - Os casos omissos a este Edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Especial.

Art. 55° - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Edital e de sua execução.

ANEXO I
CRONOGRAMA

EVENTO	DATA
Publicação do Edital	04/04/2025 @juvrío juv.prefeitura.rio
Abertura dos Registros	30/04/2025 @juvrío juv.prefeitura.rio
Encerramento dos Registros	07/05/2025
Publicação da Homologação Preliminar de Registrados	12/05/2025 @juvrío juv.prefeitura.rio
Apresentação de Recursos	13/05/2025 a 15/05/2025
Publicação da Homologação Final	20/05/2025 @juvrío juv.prefeitura.rio
Eleições	22/05/2025 - Online
	23/05/2025 - Online e Presencial Local: Auditório GeoRio Rua Campo de São Cristóvão, 268, 1º Andar - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ - 20921-440
Homologação do Resultado Final	28/05/2025 @juvrío juv.prefeitura.rio

ANEXO II
QUADRO DE VAGAS

**JOVENS COM COMPROVADA ATUAÇÃO NA DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS
DA JUVENTUDE**

ÁREA PROGRAMÁTICA	TITULARES	SUPLENTES
AP 1	1	1
AP 2	1	1
AP 3	2	2
AP 4	1	1
AP 5	2	2

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

TITULARES	SUPLENTE
10	10

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

À COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL

Eu, _____,
portador(a) do RG nº _____ e do Cadastro de Pessoa Física
(CPF) nº _____, **DECLARO** residir no endereço

na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

DECLARO ainda, ter ciência da obrigatoriedade de prestar informações verídicas, e que a declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista Art. 299º do **DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 - CÓDIGO PENAL:**

“Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.”

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2025

CANDIDATO/ELEITOR

ANEXO IV
SOLICITAÇÃO DE RECURSO

[Seu nome completo]

[Endereço completo]

[Telefone] – [E-mail]

[CPF] – [RG]

À

Comissão Eleitoral Especial

Conselho Municipal da Juventude Carioca

Assunto: Recurso contra o Indeferimento de Candidatura/Registro de Eleitor(a)

Eu, [NOME COMPLETO], candidato(a)/eleitor(a) inscrito(a) para o processo de escolha dos Representantes da Sociedade Civil Conselho Municipal da Juventude Carioca venho, por meio deste, apresentar **recurso contra o indeferimento da minha candidatura/registro de eleitor(a)**, publicado em [data da publicação da decisão de indeferimento].

De acordo com o Edital, fui informado de que minha candidatura foi indeferida sob a justificativa de [**descrever brevemente o motivo apresentado para o indeferimento** – ex: "ausência de documento X", "não comprovação de experiência", etc.].

No entanto, [**apresente sua argumentação** – ex: "o referido documento foi entregue no ato da inscrição, conforme protocolo em anexo", ou "anexo ao presente recurso a documentação complementar exigida", etc.].

Diante do exposto, **requeiro a reconsideração da decisão e o consequente deferimento da minha candidatura/registro de eleitor(a)**, por atender aos critérios estabelecidos no edital do processo seletivo.

Sem mais,

[data].

Nome completo: [Seu nome]

Documentos anexos:

– [Lista de documentos que você está anexando ao recurso, se houver]

ANEXO V
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DADOS PESSOAIS

À COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE CARIOCA E A
SECRETARIA ESPECIAL DA JUVENTUDE CARIOCA (JUV-RIO)

Pelo Presente Termo de Autorização:

Eu, _____,
portador(a) do RG nº _____ e do Cadastro de Pessoa
Física (CPF) nº _____, residente e domiciliado(a) na

_____ na cidade de/do _____ no estado do
_____.

AUTORIZO E DECLARO CIÊNCIA, a
utilização da minha imagem e dados cadastrais pela **COMISSÃO ELEITORAL DO
CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE CARIOCA** para fins de apuração da veracidade
de dados declarados e validação do cadastro como votante no processo eleitoral em
vigência com base nos termos do **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DA
REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DO CONSELHO MUNICIPAL DA
JUVENTUDE CARIOCA - CMJC**.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2025

ASSINATURA

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE LEGITIMIDADE DE REPRESENTANTE DE ENTIDADE DA
SOCIEDADE CIVIL

À COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL
CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE CARIOCA - CMJC

Eu, _____,

portador(a) do RG nº _____ e do Cadastro de Pessoa Física

(CPF) nº _____, **DECLARO** ser o LEGÍTIMO

REPRESENTANTE DA ENTIDADE DA SOCIEDADE CIVIL, não legalmente constituída, denominada

sediada em/no(a) _____

com comprovada atuação no campo da juventude na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

DECLARO ainda, ter ciência da obrigatoriedade de prestar informações verídicas, e que a declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista Art. 299º do **DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 - CÓDIGO PENAL:**

“Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.”

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2025.

ASSINATURA